

Etapas perdidas

A Secretária estadual de Educação adverte: o ano letivo já está comprometido, somados os 22 dias perdidos na greve anterior aos 13 da atual, que ainda não tem data para acabar. A rigor, pode-se falar em até mais que esses 35 dias: o ano letivo só começou, nas escolas da rede estadual, depois de 18 de março — pelo menos um mês, portanto, após a data oficial de seu início.

MAS a advertência da Secretária Maria Yedda Linhares não se reporta tanto a um calendário. Ano letivo, em sua linguagem, assim como na mente de qualquer professor, não é referência numérica, mas etapa de um processo. É um tempo peculiar, que tem por referência uma dupla necessidade do processo educativo: sua continuidade e a integração de suas diversas etapas.

E É aí que se vai encontrar o limite ético de uma greve de professores.

ELES têm, como todo cidadão que vive do próprio trabalho, o direito e o dever de reivindicar que este seja devidamente valorizado. Têm mais: o direito e dever de pressionar a administração pública, procurando despertá-la para o papel da escola pública num regime democrático e num país que luta por sua

emancipação econômica. A escola pública é aval de uma igualdade social sempre buscada; e deve ser padrão do ensino e da educação necessários ao projeto nacional de desenvolvimento. E essa qualificação da escola começa pela valorização do professor.

NÃO SE pode, no entanto, destruir a escola pública, no ato mesmo de a defender.

QUALQUER professor sabe que aprendizagem é assimilação. E que seu correlativo, o ensino, é continuidade. Fala-se de processo de aprendizagem precisamente porque a aprendizagem não é instantânea, nem ocorre por milagre.

UM semestre letivo iniciado já sob a perspectiva de ser interrompido a qualquer hora, é semestre de antemão perdido. O que dizer então de um semestre letivo que prosseguiu assim como começou, todo fragmentado e sem aquela continuidade que transmite decisão e empenho?

QUALQUER professor terá aprendido também que não se pode progredir para uma etapa posterior do processo de aprendizagem sem consolidação da imediatamente anterior. Pulos serão sempre "furos". Um ano letivo, portanto, é questão de muito mais que um calendário a

observar: é questão de uma etapa a se consumir.

TODOS lamentamos o descrédito em que caiu a escola pública, reflexo do descaso dos governos. Mas o protesto contra esse descaso, tomando a forma de greves repetidas e indefinidamente prolongadas, não contribui para que o descrédito contamine, afinal, o próprio aluno? Uma escola de funcionamento incerto, ano após ano, faz com que o aluno perca a condição de educando: ele perderá a consciência de um processo e vivência, para adquirir a consciência de uma servidão de passagem. Que, aliás, ele procurará encurtar, sob a premência de outras necessidades da vida, com a mesma desenvoltura com que os professores mutilarem seu ano letivo.

A GREVE do professorado não é uma greve de setores de produção de bens econômicos e serviços. O que a educação gera não é o quantificável. O que ela produz é menos um efeito que uma vivência — a vivência consciente do tornar-se pessoa, agente da transformação e autor do futuro. Essa diferença é que torna duvidosa a recuperação de um tempo sacrificado pela greve. Pode-se recompor uma produção, fazê-la voltar aos níveis de antes de uma interrupção; muito mais difícil e quase incerto é repor uma etapa perdida da vida.